



O ensino de música para pessoas com deficiência visual: concepções e desafios

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

João Gomes da Rocha

Escola de Música – UFRN - joviolonista@hotmail.com

Jhon Kleiton Santos de Queiroz

Escola de Música – UFRN – kleitonmusica@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo descrever a importância de um projeto de extensão da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN) de ensino de Música para pessoas com Deficiência Visual (DV) **Projeto Esperança Viva**, bem como destacar os principais acontecimentos neste processo de implantação de educação inclusiva, através da Musicografia Braille.

Palavras-chave: Educação musical. Música e educação especial. Deficiência visual. Musicografia braille.

The Teaching of Music for People with Visual Disabilities: concepts and challenges

Abstract: This study aims to describe the importance of an extension project of the School of Music of the Federal University of Rio Grande do Norte (EMUFRN), teaching music to people with visual disabilities (DV) **Projeto Esperança viva** (Project Living Hope) as well as highlighting the main events in this process of introduction of inclusive education through Music notation in Braille.

Keywords: Music education. Music and special education. Visual disability. Music notation in braille.

1. Introdução

Este trabalho tem por finalidade traçar um relato do Projeto de Extensão da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN) voltado para Educação Musical de pessoas com necessidades educacionais especiais e sua importância para o desenvolvimento de uma cultura cada vez mais inclusiva nessa Instituição de Ensino. O mesmo foi criado em setembro de 2011 como Curso de Flauta Doce específico às pessoas com Deficiência Visual (DV). Em 2012, o curso foi reeditado e após apresentações musicais de seus alunos, passou a ser chamado **Grupo Esperança Viva**.

O Projeto Esperança Viva vem se consolidando não só como um Projeto de Educação Especial, mas como um espaço de atuação para os licenciandos em Música que poderão atuar como monitores e estagiários do Projeto, proporcionando-lhes uma experiência docente de ensino em Música, contribuindo assim em sua formação inicial. Dessa forma, tem se tornado um importante campo para o desenvolvimento da Educação Musical Especial e Inclusiva de forma sistemática. No presente artigo, trataremos a respeito das concepções e desafios do ensino musical para DV na EMUFRN.



No segundo semestre de 2013 foi incluída, no currículo do Curso de Licenciatura em Música da UFRN, a disciplina Musicografia Braille I, embora inicialmente em caráter eletivo. E no início do corrente ano, além dessa, mais uma disciplina foi oferecida Musicografia Braille II, ambas em caráter eletivo.

No mesmo ano é realizado o I Encontro sobre Ensino de Música para Pessoas com Deficiência Visual, onde foram oferecidas várias oficinas e palestras sobre Musicografia Braille. O Grupo Esperança Viva – nome escolhido pelos próprios alunos – foi à atração principal do evento, podendo através das apresentações artísticas mostrarem um pouco do trabalho realizado em sala de aula.

2. Acesso ao ensino da Música

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, no inciso I do artigo 59 assegura aos alunos com necessidades especiais “currículos, métodos, técnicas e recursos educativos e organizações para atender as suas necessidades” (BRASIL, 1996). Entende-se com isso, que é dever da instituição de ensino, em todos os níveis de escolarização, desenvolver procedimentos para inclusão de alunos com necessidades especiais. De acordo com Pletsch (2010 apud OTA; MALAGUTTI, 2011: 4):

É importante possibilitar conhecimento e condições de trabalho aos profissionais da educação, para que possam realizar mediações pedagógicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim como dos demais alunos.

Há alguns anos, a EMUFRN tem se preocupado com essa temática, já relatado por Oliveira (2008) quando este descreve as transformações arquitetônicas nas novas instalações do novo prédio do Campus Universitário, em que o projeto foi pensado para permitir a locomoção de cadeiras de rodas em todos os ambientes. Entretanto, como relata Oliveira (2008: 1):

Esse fato, no entanto, não encontrou reflexo na política educacional e a instituição passou a tratar cada caso de inclusão separadamente, conforme a disposição particular de professores interessados em adotar um ou outro aluno com necessidades específicas variadas.

Como já citado anteriormente, é dever da instituição desenvolver procedimentos para inclusão de alunos com necessidades especiais, porém muitos fatores contribuem para essa situação, como bem cita Bertevelli (2010: 3) “[...] falta do educador que saiba trabalhar



com essa clientela e falta de material específico, diminuindo suas oportunidades de acesso à música, comprometendo também sua inclusão”.

Quanto a isso Carvalho (2010: 23) diz que “como os professores de Música não tem conhecimento da Musicografia Braille, acabam por recusa-se a lecionar para estudantes cegos por julgarem impossível passar para eles o conteúdo das partituras com efetividade.” Outros dizem não saber lidar com esses alunos e não terem didática para ensiná-los.

A Declaração de Salamanca de 1994 chama a atenção para uma preparação adequada de todos profissionais da educação como um fator significativo para escolas inclusivas. (BRASIL, 1994). No que se refere ao ensino musical, os desafios são ainda maiores por não haver estudos e nem materiais específicos suficientes na área. Já constatado por Bonilha (2006: 13) onde considera que “o processo de ensino da música ainda se encontra incipiente, sobretudo no que diz respeito às investigações e reflexões realizadas acerca desta questão”.

Em sua dissertação de mestrado, Souza (2010: 49) comenta que “a educação inclusiva só será inclusiva de fato se prestar um atendimento de qualidade que contemple a todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência”. Para proporcionarmos uma educação musical inclusiva é preciso que haja um maior interesse de todas as partes, sejam elas: instituições de ensino, escolas específicas de música, professores e estudantes de graduações em música, assim como os próprios DV na busca por seus direitos que são garantidos por lei. Como coloca Souza e Ota (2012: 329) “Sendo essas pessoas cidadãos e com direitos de educação, o poder público tem o dever de atender a demanda de alunos cegos já existentes a se preparar de acordo com essa crescente demanda”.

3. A inclusão de um aluno DV ao ensino da Música

O processo de inclusão de alunos DV ao ensino da Música na EMUFRN não foi fácil, a falta de preparo dos professores para atender esses alunos e de material pedagógico específico, principalmente no tocante à música, estimulava assim, o desinteresse dos professores por esses alunos.

A partir de 2009, com a entrada de um aluno deficiente visual no Curso de Licenciatura em Música, a EMUFRN precisou adaptar-se a essa nova realidade, para que pudesse proporcionar a esse aluno uma formação de qualidade. Cursos e oficinas a respeito da escrita musical para deficientes visuais foram oferecidas durante esse período, porém poucos alunos e professores se disponibilizaram a participar, tendo em vista a falta de conhecimento e



a pouca divulgação a respeito da educação musical para cegos.

4. A Musicografia Braille

Dentro dessa perspectiva inclusiva, uma importante ferramenta é a Musicografia Braille, um sistema de notação musical criado por Luís Braille (1809-1852) como um dos caminhos para a inclusão de alunos deficientes visuais ao ensino sistemático da música. A Musicografia Braille ainda é um assunto desconhecido por muitos professores de Música e de acordo com Bonilha e Carrasco (2007: 5) “faz-se necessário o envolvimento da comunidade científica, no sentido de que a Musicografia Braille seja difundida em escola de música, tanto em instituições de nível básico como de nível superior”.

Ainda de acordo com Bonilha e Carrasco (2007:5) “há muito poucas escolas e instituições empenhadas na divulgação da Musicografia Braille, o que resulta em uma escassez de meios e recursos que favoreçam o aprendizado”. É interessante destacar que Bonilha é outra autora que desenvolve trabalhos e pesquisa relacionados à escrita musical em braille, sendo ela também deficiente visual.

Nesse sentido, Bonilha (2006: 32) conclui que “Educadores dispostos a desenvolver um trabalho junto a esses alunos devem conhecer as peculiaridades da Musicografia Braille, assim como devem estar aptos a proverem os recursos e o suporte de que tais estudantes necessitam durante o aprendizado”.

Quanto a essa problemática Bertevelli (2010: 1) diz que: “[...] para termos uma educação musical de qualidade, tanto na formação de educadores quanto de material específico a ser produzido, o conhecimento da escrita musical braille pode fazer toda a diferença”. Com a Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca, Lei nº 9394/96 e o Plano Nacional de Educação Especial (PNEE) que tratam sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais a uma educação de qualidade e igualitária para todos. Autores como Souza e Ota discutem a respeito da música como instrumento de inclusão de alunos com DV aos cursos superiores em Música e que acabam esbarrando em dificuldades. A prova específica é uma delas:

A pessoa cega que pretende prestar essa mesma prova de vestibular se depara com um panorama bem diferente ao buscar adquirir esses mesmos conhecimentos. Ela constatará escolas de música e professores despreparados para lhes atender nessa necessidade, recusando-os ou criando adaptações em relevo das partituras e métodos em tinta. (SOUZA; OTA, 2010: 242).



No entanto, nota-se uma dificuldade por parte de alunos e educadores musicais de adquirirem materiais de música em braille. Bertevelli (2007: 163) diz que:

A notação musical braille sempre esteve à margem do ensino musical, ou pela falta de profissionais que dominam essa escrita para ensinar seus alunos ou por acomodação do próprio deficiente, que muitas vezes prefere trabalhar somente com o ‘ouvido’, não dando importância à representação gráfica dos sons.

“Os métodos de ensino musical comumente utilizados no Brasil raramente abordam questões que digam respeito à inclusão de alunos deficientes” (BONILHA, 2006: 13). Com isso, mesmo os educadores interessados em produzir materiais pedagógico-musicais para DV se veem impossibilitados.

5. O Projeto Esperança Viva

Em 2011 foi criado o Projeto de Extensão na EMUFRN com o curso de Flauta Doce para Pessoas com Deficiência Visual e um dos seus objetivos foi criar um espaço de estudo, reflexão e discussão no campo da Música e Educação Especial Inclusiva, Música e Deficiência e Música e Inclusão social. Dessa forma, abrindo novas perspectivas na área da Educação Musical e proporcionando o acesso de alunos DV ao ensino da Música em sua totalidade.

O grupo de **Esperança Viva** passou a se apresentar em diversos lugares na cidade, divulgando, assim, o Projeto. Ao final de 2011, com o Curso de Musicografia Braille ministrado por Dolores Tomé, uma das pioneiras a respeito do assunto e responsável por cursos de formação de professores para o ensino da Musicografia Braille no país, novas estratégias puderam ser traçadas para o ano seguinte.

Essas transformações têm estimulado alguns alunos a se interessarem pelo ensino de Música para pessoas com DV. Com isso, tem aumentado o número de produções de artigos e monografias a respeito do tema, entre eles destacam-se: Rosendo Júnior (2010) que discorre sobre a importância na inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Musical relatando um pouco sobre sua experiência em uma Escola de Música especializada em Natal-RN; Bezerra (2012) que enfatiza o ensino de Música para pessoas com deficiência visual tendo a Flauta Doce como instrumento de inclusão; Varela (2013) que enfoca a formação inicial do professor de Música na perspectiva da inclusão; Ferreira (2013) que aborda um breve estudo sobre a Educação Musical e as pessoas com deficiência visual. Este último autor perdeu a visão ainda jovem e que deu início a essa trajetória, ao procurar a EMUFRN para ter



aulas de Música e em troca ele ensinaria o Braille.

6. Considerações Finais

Percebe-se a importância do projeto inicial de Educação Musical aos cegos diante dos desdobramentos ocorridos a partir do mesmo que foi cada vez mais, sendo ampliado com aulas de Musicografia Braille e outros instrumentos, a partir também do envolvimento crescente de outros professores de instrumentos da Escola.

Importante ressaltar a criação de disciplinas específicas no curso de graduação da EMUFRN com o objetivo de munir o futuro educador musical de ferramentas necessárias para lidar com alunos com deficiência visual, já que por lei a única disciplina obrigatória para todos os cursos de Licenciatura na área da Educação Especial é a de Libras. Ao oferecer a disciplina Musicografia Braille I e II, o Curso de Licenciatura em Música da UFRN se torna o primeiro curso de Música no país a oferecer essa disciplina.

Em 2014, a Escola de Música dispõe de equipamentos como: impressora braille, scanner braille, máquinas perkins, e regletes e está prestes a inaugurar um setor com serviço de Musicografia Braille.

O Projeto Esperança Viva que antes disponibilizava apenas aulas de Flauta Doce e Teoria Musical, atualmente oferece cursos de novos instrumentos entre eles: violão, flauta transversal, contrabaixo elétrico, violino e canto, assim como novos professores passam a fazer parte do projeto.

Em 2013, o primeiro aluno cego da EMUFRN concluiu seu curso de graduação – Licenciatura em Música. Isso tem incentivado outras pessoas com deficiência visual ao aprendizado e crescimento musical e em 2014, a instituição conta com mais um aluno cego aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e oriundo do Projeto.

Sabemos que o ensino para pessoas com deficiência visual ainda está em processo de desenvolvimento, principalmente no que diz respeito a material específico e metodologia de ensino de Música para pessoas com deficiência, mas cabe a nós enquanto educadores musicais nos empenharmos em desenvolver técnicas e estudos na área de Musicografia para que esse cenário de desigualdade e exclusão possa ser diminuído, dando condições a qualquer pessoa independente de suas limitações a ter acesso à aprendizagem musical.



Referências

- BERTEVELLI, Isabel Cristina Dias. O ensino da Musicografia Braille dentro do contexto da inclusão de cegos: desvendando a notação musical em relevo. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL. (13.), 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: SPEM, 2007. p. 163-165. Disponível em: <<http://www.musicografia.net/uploads/1/1/2/4/11245254/berteveli.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2014.
- _____. *Musicografia Braille: a partitura musical em braille como recurso na educação musical de cegos*. In: ENCONTRO DE MUSICOGRAFIA BRAILLE, (1.), 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: <http://www.musicografia.net/uploads/1/1/2/4/11245254/musicografia_braille_a_partitura_msica_em_braille_como_rec.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2014.
- BEZERRA, Edibergon Varela. *O ensino de música para pessoas com deficiência visual: a flauta doce como instrumento de inclusão*. Natal, 2012. 69 f. Monografia (Graduação) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. *Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia Braille na perspectiva de alunos e professores*. Campinas, 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- _____; CARRASCO, Claudiney. Ensino de Musicografia Braille: um caminho para a educação musical inclusiva. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA. (17.), 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPPOM, 2007. p. 1-6.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2014.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996 – Capítulo V – Da Educação Especial*. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2014.
- CARVALHO, Maressa M. *O ensino específico de música para deficientes visuais: o método Musibraille*. Goiânia, 2010. 33 f. Monografia (Licenciatura em Educação Musical) – Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, 2010.
- OLIVEIRA, Danilo Cesar Guanais de. Uma luz no início do túnel: a Musicografia Braille na Escola de Música da UFRN. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEM. (17.), 2008. *Anais...* São Paulo: ABEM, 2008. Disponível em: <<http://www.abemeducaomusical.org.br/Masters/anais2008/033%20Danilo%20Cesar%20Guanais%20de%20Oliveira.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- FERREIRA, Luiz Carlos. *Um breve estudo sobre educação musical e as pessoas com deficiência visual*. Natal, 2013. 60 f. Monografia (Graduação) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- OTA, Raphael; MALAGUTTI, Vânia Gizele. Música e inclusão: a formação de professores de música para o trabalho com alunos com deficiência visual. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL. (4.), 2011, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <http://www.musicografia.net/uploads/1/1/2/4/11245254/msica_e_incluso.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- ROSENDO JÚNIOR, Múcio Magno de Albuquerque. *Musicografia Braille e sua importância na inclusão de pessoas com deficiência visual na Educação Musical*. Natal, 2010. 47 f.



Monografia (Graduação) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SOUZA, Catarina Shin Lima de. *Música e Inclusão: necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?* Salvador, 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, Rafael Moreira Vanazzi de; OTA, Raphael. A inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de música: observações e relatos. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABEM SUL. (15.), 2012, Montenegro. Anais... Montenegro: ABEM, 2012. p. 328-333. Disponível em:<http://www.musicografia.net/uploads/1/1/2/4/11245254/a_incluso_do_aluno_com_deficiencia_visual.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

VANAZZI, Rafael. A inclusão do aluno cego em aulas de música: relatos e observações. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, (19.), 2010, Goiânia. Anais... Goiânia: ABEM, 2010. p. 242- 252. Disponível em:<http://abemeducacaomusical.com.br/sistemas/anais/congressos/Anais_abemcongresso_2010_parte1.pdf>. Acesso em: 12/02/2014.

VARELA, Igor Rafael Alves. *A formação inicial do professor de musica na perspectiva da inclusão.* Natal, 2013. 42 f. Monografia (Graduação) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.